



## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo tratar da garantia da absoluta impenhorabilidade dos vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal.

Como se pode constatar, o tema trazido para análise está diretamente relacionado à defesa do consumidor que toma crédito e à repressão ao abuso do poder econômico.

Assim, não restam dúvidas de que o PL em análise está na esfera do campo temático da Comissão de Defesa do Consumidor, em especial, nas disposições previstas no art. 32, V, alínea “a” e “b”:

“Art. 32.....

*V - Comissão de Defesa do Consumidor:*

*a) economia popular e repressão ao abuso do poder econômico;*

*b) relações de consumo e medidas de defesa do consumidor”*

Desta forma, é imperioso que a Comissão de Defesa do Consumidor se manifeste quanto ao texto do Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Deputado **LINCOLN PORTELA**  
PL-MG

